

Histórias de vida e trajetórias acadêmicas de estudantes LGBTQIA+ e suas implicações na escolha da profissão docente

*Ana de Luanda Borges Braz da Silva*¹
*Lúcia Isabel da Conceição Silva*²
Universidade Federal do Pará

Resumo: Este artigo discute as experiências educacionais vividas por jovens LGBTQIA+, estudantes da Universidade Federal do Pará e os caminhos que levaram esses sujeitos a escolha de licenciaturas e/ou a sala de aula como local de sua profissão. Em seu corpo teórico, tecemos o debate acerca dos ideais presentes na construção do modelo de nação e a as relações sociais em torno da vivência de sujeitos dissidentes da norma. Por fim, a pesquisa demonstra, as deficiências neste sistema de ensino, ao mesmo tempo em que traz à tona possibilidades para o planejamento e organização de ações voltadas para a resolução de tais questões.

Palavras-chave: sexualidade; juventudes; docência; universidade; LGBTQIA+.

BRAZ DA SILVA, Ana de Luanda Borges; SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. **Histórias de vida e trajetórias acadêmicas de estudantes LGBTQIA+ e suas implicações na escolha da profissão docente.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (26): 249-264, maio a agosto de 2024. ISSN: 2358-5587

¹ Licenciada plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Pará, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará, professora da rede básica de ensino e membro do GEPJUV.

² Professora do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFPA). Líder do Grupo de pesquisas sobre Juventudes - GEPJUV/UFPA.

Life stories and academic trajectories of LGBTQIA+ students and their implications for choosing the teaching profession

Abstract: This article discusses the educational experiences of LGBTQIA+ young people, students at the Federal University of Pará, and the paths that led them to choose university degrees and/or the classroom as the place for their profession. In its theoretical body, we debate the ideals present in the construction of the nation model and the social relations surrounding the experience of subjects who dissent from the norm. Finally, the research demonstrates the deficiencies in this education system, while at the same time highlighting possibilities for planning and organizing actions aimed at resolving these issues.

Keywords: sexuality; youth; teaching; university; LGBTQIA+.

Historias de vida y trayectorias académicas de estudiantes LGBTQIA+ y sus implicaciones en la elección de la profesión docente

Resumen: Este artículo discute las experiencias educativas de jóvenes estudiantes LGBTQIA+ en la Universidad Federal de Pará y los caminos que los llevaron a elegir una carrera y/o el aula como lugar para su profesión. En su cuerpo teórico, se debaten los ideales presentes en la construcción del modelo de nación y las relaciones sociales que rodean la experiencia de los sujetos que disienten de la norma. Por último, la investigación demuestra las deficiencias de este sistema educativo, al tiempo que pone de manifiesto las posibilidades de planificar y organizar acciones encaminadas a resolver estas cuestiones.

Palabras clave: sexualidad; juventud; enseñanza; universidad; LGBTQIA+.

Ser subalterno não é, unicamente, ser oprimido. Este termo descreve sujeitos sem autonomia, subjugados por outros grupos sociais, ausentes de falas e local, e que “não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente” (FIGUEIREDO, 2009: 85).

Ora, temos em Spivak, (2010: 67), a afirmação de que não somente “o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado”, mas que a “construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina”, sendo este último aspecto um fator determinante para o exercício da heteronormatividade, entendida como: “um modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam” (MISKOLCI, 2012: 37). Em suma, a leitura de Spivak permite a visualização do modo como os sujeitos subalternos, passam a reivindicar a produção dos saberes sobre eles e a sua realidade, problematizando-as e questionando os aspectos sociais que os conduzem a tal situação.

Para Raquel/Lucas Platero (2012), a sociedade necessita da existência dos tidos como diferentes, os fora da norma, pois sem eles os corpos considerados normais não poderiam ser nem definidos e muito menos compreendidos. As noções relativas à repressão das sexualidades, regulação dos corpos e suas capacidades conduzem o sentido do corpo como um espaço de inscrição de “verdades” de acordo com a cultura inserida.

O resultado dessa discriminação diária se concretiza em lesões nos comportamentos essenciais para o desenvolvimento destes sujeitos, como o acesso a espaços estudantis, socializações em geral, empregos, entre outros. Isso resulta também no fato de que são estes sujeitos diversos que dão o pontapé inicial para a mobilização e construção de movimentos que questionam o porquê da existência e o vigor dessas normas sociais, transformando-os no foco de suas próprias existências, estudos e renovação social.

Com base nesse exposto, o presente artigo se apresenta como um recorte de uma dissertação de mestrado de mesmo título, que se estruturou mediante a abordagem biográfico- narrativa, com ênfase nas vivências acadêmicas de sujeitos LGBTQIA+, para tecer críticas ao sistema educacional universitário e apontar possíveis sugestões de mudança em cima das falhas vivenciadas por estes sujeitos.

Das subalternidades abjetas às reivindicações do reconhecimento da existência dos sujeitos diversos: perspectivas em debate

Ochy Curiel (2013), apresenta o conceito de *heteronação* como um termo que compreende a heterossexualidade como algo maior que a prática sexual, um regime político que se sustenta com a diferença entre os sexos e se exerce em setores e instituições como a família, parentesco e a nacionalidade, amplamente consentidos pela via constitucional. A autora expõe que nele, “quem decide sobre isso

são os homens, que tem o poder de definir desde o poder jurídico e religioso, médico” (CURIEL, 2013: 81) e constitucional.

A elaboração do processo constitucional colombiano foi o escolhido pela autora para a construção da teoria por enxergar nele a materialização do conjunto de discursos e símbolos que delimitam a nação, comportamentos fundamentalmente heterossexuais. Neles estão inclusas questões referentes à autonomia dos corpos e a sexualidade, o que representa a delimitação e manutenção do permitido dentro do exercício do regime heterossexual já que, o reivindicar desses direitos pode ameaçar instituições patriarcais tradicionais como a família.

Dentro destas realidades, Wittig (2006: 50) descreve que “todos os oprimidos o conhecem e já tiveram que lidar com este poder que diz: não tens direito à palavra porque teu discurso não é científico, nem teórico. Você está com o nível de análise errado, confunde o discurso e a realidade, sustenta um discurso ingênuo, desconhece esta ou aquela ciência”, logo não somente o corpo, mas a palavra e as existências em si tornam-se anuladas.

Oyèrónké Oyěwùmí (2021: 23), em sua tese, anuncia que seu estudo “chama a atenção para as armadilhas da interpretação de “fatos biológicos” e “evidências estatísticas” fora do quadro cultural da referência do qual derivam” Ela discorre a partir da noção Ocidental de que a biologia é o fator principal para justificar as distinções de gênero – e aqui acrescentamos raça e/ou classe. Segundo Oyěwùmí, (2021: 28) “ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas”. Diante disso, se é nesse corpo que são talhados os signos e interpretações a partir da perspectiva ocidental, logo é sobre ele o foco e leitura a partir do olhar, do que se vê e interpreta ali.

A partir destes discursos, a autora tece a justificativa da natureza generificada presente nas referências ocidentais e argumenta que essa discussão sobre o natural e o construído não deveriam ser aplicadas em comunidades portadoras de conceitos próprios e independentes. Porém, o imperialismo impôs a universalização desses conceitos, agindo por meio de apagamentos históricos e criando problematizações a respeito das relações sociais em cenários que não dependiam ou se importavam com essas noções: “não se pode supor que a organização social de uma cultura (inclusive do Ocidente dominante) seja universal ou que as interpretações das experiências de uma cultura expliquem outra” (OYĚWÙMÍ, 2021: 39).

Outro ponto é que, lidar com o gênero como uma construção social coloca-o numa categoria histórica dependente do contexto histórico em que se refere. E, baseado novamente no determinismo biológico e a ideia de que a biologia estabelece as ordens das relações sociais e do viés cultural, essa concepção acaba sendo batizada por Oyěwùmí como uma “bio-lógica”, incluso nela a subordinação de fêmeas nos mais variados aspectos.

Concluindo esse raciocínio, emerge a reflexão que as noções aqui trabalhadas incidem de maneira direta nas relações sociais, bem como no campo da Educação, nossa seção principal, logo como se deve analisar a influência deste ambiente, e consequentemente deste currículo, sob da ótica da trajetória e das relações na formação de professores dissidentes da norma heterossexual?

Sexualidades, educação e docência

O currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais [...] O currículo transmite a ideologia dominante. (SILVA, 2010)

Quando retomamos Curiel (2013) e o processo de criação da *heteronação*, podemos compreender que a heterossexualidade é parte de um regime político criado com base na diferença sexual e sustentada por ela, ao mesmo tempo em que é exercida nas mais diversas instituições com o consentimento da Constituição e de várias outras estruturas institucionais e jurídicas. Assim, não é ilusório afirmar que a educação e a escola são agentes pertencentes nesta organização de setores que reproduzem as opressões e subordinações.

Tal como proposto por Silva (2010), o currículo reproduz a ideologia dominante, logo entendemos que ele faz sua parte como um documento condutor daquilo que deve ser abordado ou não dentro de uma sala de aula. Levando em conta que é o currículo o que rege a educação, logo suas tensões acompanharão os alunos dissidentes como uma sombra, sempre à espreita, ao mesmo tempo em que vela outros sujeitos em outras posições, a exemplo principal de professores.

Situações que se sucedem sobre a profissão docente são expostas por Cláudia Vianna (2001/02) ao apontar o caráter feminino assumido pelo magistério em meados do século XX. A justificativa está no processo de configuração da história do Brasil, com a existência da modalidade denominada “escolas domésticas”, juntamente com a expansão do ensino primário (VIANNA, 2001/02: 84). Tais aspectos popularizaram a presença feminina em sala de aula ao mesmo tempo em que os homens se desvinculavam desse afazer específico. A prática dessa associação explana conceitos atrelados ao sexismo, interligado a características específicas. Dentre elas estão o declínio das condições de trabalho, baixos salários e a classificação sexual dessa atividade que é reforçada inclusive pelo próprio ambiente.

A inter-relação desse exemplo ressalta os efeitos da categoria gênero em referência à diferenciação binária no espaço de trabalho, características da *heteronação* e do sistema capitalista colonial/moderno. Nessa premissa está exatamente o significado dos pressupostos em ser feminino e masculino, principalmente no que se refere ao cuidado, este repassado como característica natural às mulheres, e não como um direito moral e sem distinção sexual.

Em síntese, Nilma Lino (2012) conduz a reflexão ao diálogo com novos paradigmas para além das compreensões eurocêntricas e que entendam que há mais do que a necessidade de uma derrubada da “hierarquia do conhecimento”, onde essa hierarquia não é mais do que o resultado de um longo processo de “dominação, exploração e colonização que deu início a um processo de hierarquização de conhecimentos, culturas e povos” (LINO, 2012: 102). É a partir dessa compreensão que se torna possível a movimentação de ações para a quebra desse ciclo existente nas salas de aula e nos conteúdos escolares.

Por conseguinte, ao analisar o currículo como ferramenta pertencente de um universo colonizado, conclui-se que as possibilidades da reprodução do padrão serão iminentes, principalmente na realidade de alunos LGBTQIA+, resultando em possíveis recorrências de exclusão e/ou a possibilidade de uma imposição do controle das próprias características, expressões ou qualquer outro aspecto que remeta à aproximação das fronteiras do binário: a classificação de gênero e sexo

na visão do masculino e feminino em oposição e complemento. Sobre isso, Ribeiro, Soares e Fernandes (2009), completam:

Assim, esperamos que os corpos ditem a identidade, e que o façam sem ambiguidades. [...]. Nesta dedução, ignora-se, por exemplo, que tais marcas são apenas aparentemente dadas, fixas e naturais e que a elas não devem, forçosa e binariamente, corresponder este ou aquele atributo.

Mais do que a probabilidade de controle em meio ao sexo, a iminência da exclusão sobre os corpos que não se adequam a padronização, a exemplo de travestis/transexuais, agêneros e intersexos, podem ainda ser maior. A presença desses sujeitos nos mais diversos espaços ainda são lidos como impossibilidades lógicas, já que suas imagens refletem a fragilidade das normas do binário. Em conjunto à lista de supressões direcionadas ao apagamento dessas existências, há também a luta incessante nas reivindicações de direitos, anterior inclusive aos educacionais, direitos básicos de vida assim como é descrito por Sara York, em alusão às reparações que a Nação deve para tais existências: “seriam aquelas que garantem direitos sociais básicos em função dos permanentes (e ainda existentes!) processos de exclusão que, forçosamente, nós, travestis e pessoas trans, somos instadas a vivenciar” (YORK, 2020: 19).

De qualquer modo, a demarcação de tais características permite espaço e risco para comentários velados e que até mesmo colocam em dúvida as práticas docentes. Nilma Lino (2012), destaca que os movimentos sociais de caráter identitário há tempos se movimentam no sentido da reivindicação não somente da escola, mas do campo de formação de professores “um posicionamento, reflexões teóricas e práticas pedagógicas que também respondam a essas demandas sociais e políticas” (LINO, 2012: 105-6), no sentido de agir de maneira positiva para toda a comunidade.

Arroyo (2014) também preza pelo reconhecimento das disputas e da presença dos chamados “novos sujeitos”, excluídos dos currículos. Trazer à tona a tarefa não somente de legitimar a ausência dos sujeitos no processo de construção curricular, mas afirmar que mesmo diante das tensões vividas, há uma pressão contínua por reconhecimento da presença e existência dos mesmos e de seus coletivos. Em suas palavras, deve-se haver a obrigação em reconhecer que nessas vivências estão as marcas de um viver indigno e injusto (ARROYO, 2014: 157), junto a resistência na luta por uma vida digna.

Muito se estudou sobre as relações em torno do fracasso e evasão escolar causadas por condições que vão desde o social, racial e gênero, mas nem sempre houve o questionamento da estrutura curricular dentro da realidade dos novos sujeitos ali avaliados: “estes foram vistos como não aptos para as exigências de aprendizagem dos nobres conhecimentos universais. Rotulados com problemas de aprendizagem, inferiores mentais. Houve um reconhecimento pelo negativo” (ARROYO, 2014: 160). Pensar assim fornece uma comodidade para a indisposição da reformulação, não somente dos currículos, mas do sistema em si.

A luta por reconhecimento pode ser descrita em diversas camadas. Seguindo o foco da formação profissional, é possível listar o não reconhecimento da existência dos sujeitos mediante as possibilidades fornecidas no acesso e permanência do ensino superior para indivíduos LGBTQIA+, bem como a não valorização da produção em pesquisas acadêmicas e o acesso limitado em sistemas de pós-graduação. A respeito deste último exemplo, podemos observar a implementação, em algumas universidades, de cotas para travestis e transexuais que, como afirma

York (2020), geram não somente impactos, mas avanços na educação superior e básica. Em suas palavras:

Ampliar a possibilidade para o acesso ao direito constitucional (e humano) à educação [...] faz-se urgente não apenas para a população trans, mas, definitivamente, para enfrentar a crise democrática institucional que vivemos. Paradoxalmente, é nesse escopo da política institucionalizada, na mudança de uma única universidade [...] que a discussão adquire mais relevância, como debater as cotas na Pós-Graduação, sem ao menos tê-las garantidas na Graduação. (YORK, 2020, 21)

A promoção de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ é um fator importante no processo da promoção da equidade social amplamente propagada nos discursos curriculares educacionais bem como nos princípios constitucionais. Outro ponto é o cruzamento de classe que esta temática nos permite fazer, estando diretamente atrelada por questões de gênero, sexualidade e raça, principalmente no que diz respeito à noção de que não basta somente entrar na universidade, mas promover condições em que os sujeitos possam concluir sua formação. Desde o processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, entende-se que o amparo resultante dos auxílios deve se estender para além do auxílio financeiro, mas de saúde, principalmente a psicológica. Dentro do nosso recorte, se faz necessário compreender que alunos LGBTQIA+ possivelmente irão adentrar a universidade com uma bagagem de experiências pessoais e noções gerais de desamparo, negação de direitos básicos, entre outras questões.

Os sujeitos de baixa renda ainda carregam o empecilho de ter recebido uma educação diferente da oferecida em escolas particulares, público ainda majoritário nas aprovações dos processos seletivos. São violências diversas e que estão atreladas a outras características indissociáveis, e que quando analisadas podem somar nas estratégias de acesso e permanência dessas realidades no meio universitário. Como visto na afirmação a seguir, existe dentro das próprias universidades a possibilidade da abertura de cotas para sujeitos trans e travestis, por exemplo, de maneira quase que autônoma:

Como não há legislação federal que regule essas cotas, as universidades têm autonomia para estabelecer novas políticas afirmativas, como consequência, o número de instituições com vagas reservadas para travestis e transexuais na graduação ainda é bastante pontual e o Ministério da Educação (MEC) [...] disse não ter nenhum estudo para ampliar o número de cotas para a população trans, ressaltando que as universidades têm autonomia para estabelecer suas políticas afirmativas (SILVA, 2022, 85).

E como reforçado por Coulon (2017), o ingresso na universidade exige do aluno novas relações, principalmente práticas, que estimulem sua aderência ao novo ritmo, regras e saberes. Em suas palavras: “a desigualdade das chances de acesso ao saber permanece um fenômeno persistente e inquietante, particularmente espetacular no primeiro ciclo universitário, principalmente no primeiro ano” (COULON, 2017: 1241).

Ao se tratar dos discursos sobre gênero e sexualidades, é possível observar um mascaramento ou total exclusão dessas temáticas nos âmbitos educacionais. A respeito disso, Junqueira (2009) ressalta uma “indisposição” presente em debates referentes no pensar a sexualidade como plural e desestabilizadora de “sistemas de representações hierarquizantes e estigmatizadoras” (JUNQUEIRA, 2009: 384). Em outras palavras, percebe-se que mesmo diante do reconhecimento da realidade dos alunos não heterossexuais e suas experiências negativas em ambientes de ensino, tem-se então uma “expressa-se um aparente consenso

em relação à necessidade de se enfrentar a homofobia que, no entanto [...] não se traduz em nenhuma medida efetiva” (JUNQUEIRA, 2009: 385).

Ainda que seja um possível desejo de qualquer profissional da educação não seguir o caminho da pós-graduação, o mesmo precisa passar pelo processo de graduação para o exercício de sua profissão e do ensino na educação básica. E é nessa formação que visualizamos possibilidades de expansão acerca de conhecimentos que colaborem na busca da educação satisfatória das mais diversas vivências. Nesta linha de raciocínio, Ludke e Cruz (2005) demonstram relatos de professores referentes ao sentimento de ausência no sentido de matérias e que isso interfere no desenvolvimento de trabalhos dentro das salas de aula: “É consenso entre os entrevistados que a formação inicial sozinha não basta à construção de um profissional docente, que responda satisfatoriamente aos reais desafios da escola básica” (LUDKE e CRUZ, 2005: 95).

(Sobre) Vivências: trajetórias universitárias de sujeitos LGBTQIA+

Neste estudo, assumiu-se como procedimento de coleta as entrevistas e se faz necessário relatar uma dificuldade em conseguir sujeitos de pesquisas exclusivos de licenciaturas. Assim, tornou-se necessário a ampliação do leque para que outros estudantes pudessem colaborar com suas experiências, sem fugir do pressuposto inicial: histórias de vida de sujeitos LGBTQIA+ universitários.

A pesquisa contou com cinco entrevistados, mas para este artigo iremos trabalhar com quatro desses alunos. O primeiro, Fábio, atualmente cursa a graduação em letras – língua portuguesa e já possui graduação em letras – libras. Seu ingresso na universidade veio em meados de 2016, período em que, segundo ele, coincidiu com o início do seu processo de autoconhecimento e autoafirmação como um sujeito homossexual. Esse fato passou a ocasionar situações opressivas no meio familiar, o que resultou em sua saída de casa por mais de uma vez.

Na universidade, Fábio teve a oportunidade de acessar o serviço psicopedagógico oferecido pelo centro, utilizando-o em totalidade nos seus quatro primeiros anos de curso, recebendo abordagens e orientação para as situações sofridas, como perseguições sofridas dentro de casa, problemas financeiros e crises de ansiedade. Ele relata sua gratidão pela oportunidade e acesso ao atendimento psicológico na universidade e ressalta a importância do mesmo.

Mas, no que diz respeito a avaliação geral do sistema universitário, ele afirma não visualizar as políticas de enfrentamento aos casos de violências como homofobia, transfobia, entre outros, bem como medidas de conscientização:

Não há uma política efetiva no combate a homo e transfobia. Não há um programa efetivo de acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade socioemocional, não há. Algo concreto não há. Existem políticas guarda-chuva, que contemplam diversas áreas, entre elas a gente, mas uma política de combate a homofobia, com esse nome, uma política que venha de fato para direcionar a este segmento discente não há, infelizmente não há. Porque a universidade continua pisando em ovos, bem como a escola e a educação em geral, continuam pisando em ovos no que tange a falar de combate a homofobia. (Fábio, 2023)

Ele afirma existir uma pressão dentro da sociedade, em conjunto com outros discursos, que acabam se inserindo no cotidiano da universidade, e que contribui com as situações de evasão escolar dos sujeitos LGBTQIA+. Outro ponto é a ausência de um programa de bolsas direcionadas à essa população, levando em consideração a realidade constante na vida de diversos sujeitos, com expulsões do

ambiente familiar e a falta de recursos, de certa forma de todos os lados: “*Não tem nenhuma cota para que essas pessoas recebam bolsa. Não há dentro da universidade nenhum medidor ali pra saber quantos LGBT foram expulsos de casa e estão ali na universidade vivendo*” (Fábio, 2023).

Para esse exemplo, Fábio cita que a universidade foi o seu refúgio durante a maior parte do dia e na entrada da noite, e que anteriormente à bolsa de iniciação científica, as bolsas de auxílio estudantil foram negadas. Em suas palavras, “*falar de LGBT eu acredito que é falar de classe. Boa parte dos LGBT são pessoas que não tem condições*”. Das poucas movimentações puxadas para a mudança dos processos de seleção financeira foram puxadas por alunos e centros como os DCEs³.

Como futuro professor homossexual, Fábio alerta que a escolha por uma licenciatura deva contar com a identificação, juntamente as demandas do mercado de trabalho. Mas que segue indicando a docência, pois em seu papel de professor torna-se incabível desestimular o jovem dos caminhos que ele almeja seguir, e ressalta: “*A dependência financeira machuca muito o homossexual. Porque com a dependência financeira ele não consegue sair do lugar onde ele está sendo excluído, onde ele está sendo maltratado. Ele não consegue viver a vida dele*” (Fábio, 2023).

O segundo entrevistado, de nome Kaio, está em sua primeira graduação no curso de letras – língua Portuguesa, cursando o quarto semestre. Seu relato sobre a imersão na universidade ilustra alguém que se sente à vontade nesse meio, com as pessoas que o cercam. Ele descreve não ter passado por nenhum tipo de situação controversa dentro de sala de aula, pois logo se apresentou pelo nome e informou ser um homem trans. A partir disso, os próprios colegas e funcionários se mobilizaram para auxiliá-lo nas questões burocráticas.

Kaio relata possuir, desde cedo, relacionamento com grupos militantes e que, mesmo antes do acesso à universidade, ele se conectava com as pautas e chegou a cursar um pré-vestibular comunitário. Mas, que encontrou barreiras não ultrapassadas quanto a utilização do nome social no processo de realização da prova do ENEM, resultando em constrangimentos. Quanto à escolha de uma Licenciatura, ele relata não possuir um motivo prévio que tenha determinado a escolha, mas que carrega um amor pelo seu curso e por tudo aquilo que ele proporciona. Mas confessa que o empenho de um professor de Língua Portuguesa no ensino médio, em impulsioná-lo à aprovação em uma universidade pública fez com que ele criasse um apreço pela disciplina e pela profissão. Sua escolha pelo curso veio mediante três aprovações simultâneas, estando Geografia e Engenharia Florestal na lista, e em suas palavras ele deseja: “*levar para a sala de aula aquilo que talvez um dia me faltou, mas também aquilo que eu possa agregar muito mais a quem tiver*” (Kaio, 2023).

Nesses quatro semestres, Kaio relata ter notado a presença de outros alunos transexuais pelos corredores da universidade, e considera-a no geral como um ambiente plural, e que por percorrer esse espaço antes da sua aprovação, ele teve contato com pessoas que o instruíram no geral, mas que atualmente ele nota uma presença maior desses sujeitos. Porém, admite que diante da grandeza da Universidade Federal do Pará, as medidas contra as violências de gênero deveriam ser tomadas em maior amplitude e frequência. Do seu ponto de vista, a movimentação maior acontece por iniciativa dos alunos da instituição e alguns professores:

³ Diretório Central dos Estudantes

O que eu vejo mesmo são os alunos fazendo isso. Os professores enquanto instituição. (Tem) os professores que se abrem ao diálogo e fazem projetos de pesquisa, projeto de extensão e tudo mais. Discutem isso, dentro e fora da sala de aula. Mas majoritariamente isso é feito pelos alunos né? Até mesmo o fato de estar dentro de uma universidade federal, sendo um corpo que ocupa, um corpo resistência tendo vários atravessamentos tanto de gênero, quanto de classe, quanto de raça, a gente que faz. A gente luta pra se manter, luta pra ficar e luta para que os nossos outros possam estar naquele lugar e ocupar também. (Kaio, 2023)

Por fim, Kaio reflete que, estando na posição de docente e tendo contato com alunos transexuais, ele buscaria falar coisas boas sobre o curso escolhido, mas ressaltaria o fato de que, para eles, o enfrentamento da sociedade sempre será de uma maneira diferente, e que apesar dos *“olhares tortos e dos atravessamentos de gênero, valerá muito pena”* e que o curso de Letras em si motiva a *“continuar, inclusive a difusão do saber, do conhecimento e do pertencimento”*. Ele também buscaria repassar aos alunos apoio institucional dentro da universidade, pois a sua posição docente lhe daria maior autonomia no processo de entendimento e solicitação de documentos, recursos, entre outros fatores, que não foram direcionados na sua vivência, levando-o a aprender com terceiros que também tiveram que enfrentar tais barreiras burocráticas.

A terceira entrevistada, de nome Vitória, está atualmente no segundo semestre de Geografia. Quanto a sua vivência e convivência na universidade, em geral e em sala de aula, ela afirma não ter notado comportamentos que viessem a menosprezá-la de alguma forma e em suas palavras, isso se deve ao fato de ser *“uma pessoa que se impõe”*. O fato de ainda não possuir o nome retificado causou embaraços no momento de ingresso na universidade, mas ela pode receber de alguns de seus professores uma orientação a respeito das condições burocráticas para sua nova documentação. Por não receber bolsas de auxílio na universidade, Vitória conta que não conseguiu conciliar sua rotina com um emprego fixo, mas que atualmente ela auxilia na pousada de seus pais e reforça a dificuldade de conseguir emprego em outros locais.

Sobre seu curso, Vitória conta que Geografia sempre esteve na sua lista de desejos dentre as graduações, apesar de sua primeira opção ter sido Psicologia. Seu desejo inicial não era a sala de aula, porém isso mudou após ela conhecer e se identificar com uma docente que ministrou a disciplina de ecologia em sua turma: *“é uma professora incrível, ela que fez eu ter essa paixão, esse desejo por querer ensinar. Ela é o modelo de professora que eu quero ser daqui alguns anos”* (Vitória, 2023).

Em seu redor, ela confessa não ter conhecimento de outras alunas transexuais – tanto no seu curso, quanto nos outros do campus – este localizado no interior do estado do Pará, e do pouco que ouviu entre os corredores, ela acredita ter sido a primeira mulher transexual do seu município a entrar na universidade, e que se interessou em pesquisar por outras passagens, mas não encontrou nenhum registro. Mas reforça que *“ser trans e ser professora é muito importante por isso, a gente molda um pouco da próxima geração”*. (Vitória, 2023).

Para ela, a UFPA não possui políticas de enfrentamento e conscientização quanto as violências de gênero, bem como a homofobia e a transfobia. E que a implementação dessas medidas seria de grande utilidade para auxiliar os sujeitos que sofrem com esse tipo de situação, seja discente ou não, principalmente no que se refere ao acesso dessas pessoas ao ambiente universitário.

A quarta entrevistada, de nome Danny, apesar de não ter cursado uma licenciatura e estar atualmente na reta final do mestrado em neurociência e biologia celular pela Universidade Federal do Pará, pretende seguir a carreira docente.

Ainda estando em uma faculdade particular, Danny começou a ter contato com a UFPA por via dos projetos de iniciação científica, e posteriormente inserida na universidade pública ela encontrou apoio em meio ao movimento estudantil, este classificado como uma grande rede de apoio na trajetória de conclusão de curso.

Na pós-graduação, Danny descreve o contato com diversos tipos de pessoas e com diversos tipos de comportamento. Alguns possuintes de admiração por conta da sua vivência e oferecendo ajuda de braços abertos e outros com olhares de susto, como se a presença de uma mulher transexual em um Mestrado pudesse ser uma “quebra da lógica”. Ao analisar sua convivência nesses dois anos e meio de curso, ela afirma existir sim uma diferença no tratamento em sala de aula, e no ambiente universitário em geral.

Por muitas vezes, Danny sentiu-se como um objeto estranho no ambiente, além de relatar a carência nos programas de acolhimento emocional e psicológico com seus alunos, principalmente os transexuais. Mesmo com o fornecimento de acompanhamento discente, que Danny classifica como recente, esse mesmo não foi efetivo para ela:

A Universidade não tem nenhum programa que apoie mesmo. Agora recente que foi um programa de apoio psicológico e tal, mas só umas quatro conversinhas e só, não vi um acompanhamento mesmo e, contanto que no começo da minha transição, no mestrado né, que eu ganhei bolsa, eu logo fui tratar de procurar uma psicóloga particular mesmo. (Danny, 2023)

Sob a ótica de Danny, os movimentos dentro da universidade sobre a causa são mediados pelos próprios alunos e seus coletivos. A universidade em si não possui uma atenção e mediação devida com seus alunos LGBTQIA+:

A UFPA ela se diz muito amiga, muito “abraçar a população lgbt e tal tudo, mas quando você chega num espaço, se não for você que tem que ensinar como fazer as coisas e quais são os seus direitos pra que a coordenação lhe ajude, não tem treinamento, falta treinamento, falta assistência estudantil, psicológica, psicopedagógica precisa além da própria assistência financeira para muitos alunos que são expulsos de casa e que só tem a universidade como refúgio, entendeu? Que tem o r.u como principal refeição, que vai para casa no final de semana, e eu já passei por isso, é ficar a pão e café e só uma coisinha a mais porque não tem grana. (Danny, 2023)

Ela cita como exemplo pessoal, entraves em meio ao nome social onde a mesma que precisou direcionar as questões burocráticas para que a coordenação pudesse resolver os empecilhos em sua documentação acadêmica, e ressalta que buscará sempre realizar essas orientações quando estiver na posição docente.

A máscara e a camisa de força: o papel da universidade na promoção da dignidade LGBTQIA+⁴

Em relação as observações já levantadas, compreendemos o sistema em que estamos inseridos como um meio que possui bases de sustentação e repressão. Nessa ordem, temos a universidade atuando sob a regência de um currículo que mantém e propaga a ideologia dominante. Diante disso, podemos visualizar dentro do ambiente universitário, complexidades pertencentes de uma organização que não é neutra e reflete, em menor escala, os processos sistêmicos pertencentes à ordem política que a rege.

⁴ Esse título vem em meio a duas analogias: a máscara, de kilomba, que tira a força e ferro a possibilidade dos negros em gritar, falar, e aqui eu empresto para os jovens LGBTQIA+ e a camisa de força como contenção, dos trejeitos, das vivências, levando em conta todas as vezes que os sujeitos de pesquisa precisaram se polir para conseguir algo, desde um emprego até mesmo condições possíveis para a vida em casa e nos corredores da universidade.

Sobre a universidade, Kilomba (2019) descreve como um local onde, historicamente, fazem a retirada não somente da voz, mas criam-se discursos que relocalizam pessoas negras para locais de inferioridade e subordinação, e estendemos essa passagem aqui para as vivências travestis e transexuais, em destaque, assim como os demais sujeitos pertencentes a sigla LGBTQIA+: “Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019: 51). Testemunhar os caminhos desses sujeitos durante o processo universitário se faz necessário também para colocar luz, forma e conhecimento sobre aqueles que compõem os 0,02%⁵ nas estatísticas quanto as travestis e mulheres transexuais dentro das universidades.

Coulon (2017) disserta sobre o processo de adaptação e afiliação do estudante em sua nova rotina universitária. Sua pesquisa versa, com base em dados, as possibilidades que podem levar um estudante à evasão do curso, ou em suas palavras “o fracasso escolar”. Assim, trabalharemos em cima de alguns dos aspectos listados por ele de modo a argumentar o quanto tais características podem se agravar mediante a realidade específica de estudantes LGBTQIA+.

Experiências negativas em relação ao ambiente estudantil costumam ser recorrentes nas trajetórias e memórias de escolarização de sujeitos LGBTQIA+ e contribui com o distanciamento dos espaços. Uma boa escolarização é o passo fundamental na construção de um futuro com maiores oportunidades, mas se ater a isto nem sempre é suficiente para fixação das realidades que convivem com experiências degradantes diariamente.

O esforço realizado por Curiel (2013) ao descrever os processos de formação da heteronormação, demonstra como a heterossexualidade perpassa pelas estruturas institucionais, autorizada por um documento referencial: a constituição. Sendo assim, o sistema educacional foi construído e embasado para a repetição dos ideais impostos. Logo, situações que fogem dessa ordem podem ser consideradas como transmutações e, a própria conduta de politização e desestabilização das violências interseccionadas e presentes em nosso universo particular do sistema moderno/colonial de gênero (LUGONES, 2008) podem ser classificadas como insurgências direcionadas não apenas às micro instituições, mas ao regime político em si.

Esse exemplo pode ser visto nas experiências de Fábio, Kaio e Vitória, que tiveram a escolha pela docência como profissão motivada por desejos particulares em quebrar o ciclo opressivo em salas de aula, em conjunto de sentimentos como identificação, acolhimento e orientação proporcionado por professores que fizeram a diferença nessas trajetórias, bem como ao desejo do alcance de uma posição de autoridade. Sobre isso, Megg Rayara (2017) disserta que o retorno de LGBTQIA+ à sala de aula denota um “acerto de contas com o passado”, onde a posição ocupada não será mais a de vulnerabilidade. O seu exercício na função docente não estará preso as amarras do medo e acima de tudo, seu desempenho será contrário aos moldes cis heterossexuais impostos ali:

Experiências pessoais se somam ao conhecimento acadêmico para forjar uma prática docente que se propõe menos conservadora, menos opressora [...] A carreira acadêmica e depois docente é, então, um ato de transgressão [...]. É um corpo que escapa. Um corpo que lança dúvidas sobre o processo disciplinar proposto pela escola e pelos múltiplos dispositivos que incidem sobre ela (OLIVEIRA, 2017, grifo nosso).

⁵ Dados divulgados no dossiê ANTRA, 2021.

Porém, para o alcance deste momento, os estudantes precisam travar o tempo hábil de uma graduação. Existe um aglomerado de condições para que esse trajeto seja completo e, ao mesmo tempo, confortável para que ocorra a adaptação não somente com a nova rotina, mas também com o desenvolver da futura profissão. Diferente de nossos outros entrevistados, Fábio pode se afiliar a um acompanhamento psicológico institucional positivo, bem como a oportunidade de adquirir bolsas de estudo e incentivo a pesquisa por determinados momentos, mas não o suficiente para subsidiá-lo durante todo o curso. Fábio também pode contar com o auxílio de professores que se aproximaram bastante e acompanharam não somente sua vida acadêmica, mas pessoal.

Kaio não possui acesso a bolsa de estudos e precisa ajudar financeiramente em casa. Então, a maior parte do seu dia é dividido na jornada de um emprego de carteira assinada e a noite os seus estudos. Danny passou por diversas situações financeiras durante a sua graduação, e assim como Fábio, ela utilizou do ambiente universitário como refúgio. Diferente dele, Danny não encontrou um apoio psicológico efetivo na universidade, e isso dificultou bastante a sua trajetória.

Levando em conta não somente os relatos, mas os estudos, observam-se a necessidade da construção de políticas públicas específicas para a vivência da população LGBTQIA+. Assim, defendemos que os projetos de assistência estudantil dentro das universidades estejam preparados para lidar com essas especificidades. Fábio relata que os profissionais que não conseguiam mensurar o fato de sua sexualidade ser o fator determinante da violência dentro de sua casa. Ele conta que não eram compreendidos o teor e o nível das agressões, e que certos entendimentos não eram possíveis por conta da não compreensão da vivência de um jovem homossexual.

Danny também relata não ter encontrado apoio suficiente para a sua condição, como observado na passagem: *“Agora recente que foi um programa de apoio psicológico e tal, mas só umas quatro conversinhas e só, não vi um acompanhamento mesmo”* (Danny, 2023). Assim, a nossa sugestão maior seria uma setorização neste atendimento fornecido, com profissionais qualificados para atender as violências específicas que pessoas dissidentes da norma sofrem.

Outro ponto que merece atenção é o fato da importância da bolsa de estudos na trajetória desses jovens. Imperatori (2017: 285) traça em seu artigo uma linha do tempo sobre a trajetória da assistência estudantil no ensino superior brasileiro. Seus dados nos mostram que, assim como o direito à educação, as políticas de assistência estudantil possuem registros datados referentes a 1930. Com a expansão do ensino superior e o aumento na oferta de vagas, pessoas de baixa renda passaram a ter acesso à universidade. Esses e outros fatos demonstram que, mesmo diante do acesso à universidade, a manutenção socioeconômica do aluno se torna um fator crucial para a permanência e a conclusão do ensino superior.

Assim como situações específicas surgem por conta de questões financeiras, jovens LGBTQIA+ sofrem com o agravante de possuir a sexualidade ou a identidade de gênero como causa direta das dificuldades sofridas. Assistência estudantil direcionada para essas realidades trazem suporte para a mediação e conclusão efetiva de ensino: *“questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior”* (IMPERATORI, 2017: 290).

Assim, um programa de assistência estudantil universitária com categorias específicas para alunos LGBTQIA+ ajudaria com que os sujeitos evitassem esse tipo de constrangimento no local de trabalho, passassem a se inserir de maneira

completa no ambiente universitário, além de que as possibilidades de estágio interno na universidade permitiriam uma experiência e um processo de adaptação para as relações profissionais que virão posteriormente, ao final da graduação.

Considerações finais

Os resultados a partir das falas coletadas demonstram os inúmeros fatores que podem atravessar as realidades mediante a vida acadêmica, e os percalços são ainda maiores quando se tratam da vida acadêmica de jovens LGBTQIA+. Os estudos apresentados ao longo dessa dissertação testemunham por diversas linhas, quais são os sujeitos com direito à vida neste projeto de nação, mais propriamente dito, a heteronormação, como mostra Ochy Curiel.

Mesmo diante das diversas interferências históricas e ancestrais que tivemos neste processo de criação do que chamamos de Brasil e da justificativa em cima de todo o apagamento histórico vivido neste curso, sabemos que estamos a longos passos na mudança da consciência e a relação dos sujeitos com os resultados causados pelas heranças coloniais.

Assim, dentro de todo o aparato que constitui o nosso sistema, que também é sistema – termo familiarizado na leitura de York, temos a educação, o ambiente educacional, as escolas e a universidade. Defendemos acima de tudo a valorização do sistema universitário público e enxergamos nele a possibilidade de mudança social que nos é fornecido. Mas reconhecemos e reforçamos a existência e influência das orientações, e consequentemente suas formas de violência e silenciamentos.

É importante também ressaltar alguns acontecimentos históricos que permeiam a história da educação no Brasil. As diversas movimentações políticas ao longo das décadas, resultaram em movimentos de pequenos avanços seguidos de retrocessos no âmbito educacional, como exemplo em 1932 com os movimentos e a luta pela escola pública e gratuita, impactado pelo Estado Novo (1937-1946) e a decisão de isentar o estado da necessidade de priorizar o ensino público.

Nosso locus de pesquisa, a Universidade Federal do Pará, foi criada no ano de 1957 e logo depois, em 1964, o país adentrava o período do golpe militar e se manteve de forma violenta, contestando ações voltadas para a educação da população, da cultura e do ensino pelos próximos 21 anos. Documentos como a Constituição Federal (1988) e outros que permeiam a educação vieram a se reestruturar em um passado não muito distante. É necessário também compreender que assuntos como inclusão, diversidade, gênero e sexualidade são considerados relativamente novos nesses meios, e juntamente com os estudos, a movimentação de coletivos sociais permite que tais pautas sejam escutadas e priorizadas. E mesmo diante de um acesso maior ao debate e a informação, ainda vivenciamos episódios de retiradas de direitos educacionais e sociais a todo instante, como os que tomaram força nos últimos quatro anos do governo anterior (2019- 2022).

Assim, baseado nos eixos das problematizações iniciais deste trabalho, conseguimos dissertar por meio das experiências cedidas pelos sujeitos de pesquisa que a universidade investigada, mesmo diante de suas ações, ainda peca no que diz respeito a bandeira da formação diversa e humanitária, levando em conta situações em que questões como o nome social não se sobressaíram diante dos processos burocráticos da instituição, mesmo tendo conhecimento que este é um direito garantido para a população LGBTQIA+.

Outro ponto dentro desta problematização é que, consideramos as bolsas de auxílio estudantil e o atendimento psicológico efetivo, atitudes de fundamental

importância e relevância na trajetória desses alunos, e que, pelos motivos aqui trabalhados, requerem de uma especificidade maior quando comparada a comunidade acadêmica no geral. Quando questionado anteriormente, a respeito das alternativas voltadas para a permanência e conclusão acadêmica desses alunos, percebemos que suas estratégias são em grande maioria pessoais e análogas ao curso, como exemplo dos empregos, formais e informais, que disputam espaço com a graduação, mas que também oferecem um subsídio essencial na vida dos alunos LGBTQIA+ que a universidade ainda não consegue oferecer e nem manter.

No geral, é cabível de responder que a universidade e em especial os cursos de formação de professores, além dos outros citados aqui, não oferecem um posicionamento positivo acerca da presença e do apoio a esses estudantes, salvo as ocorrências de alguns docentes que, por afinidade ou proximidade, decidem fazer a diferença nas trajetórias LGBTQIA+.

Em resumo, considera-se pertinente dizer que a pesquisa cumpre seu objetivo na análise acadêmica dos sujeitos LGBTQIA+ entrevistados, ao passo em que não somente fornece um material de balanço tecido pelos próprios quanto as deficiências do sistema de ensino, como também dialoga com as possibilidades para organização e planejamento de medidas para sanar as questões negativas que vieram à tona. Assim, dialogamos com as perspectivas e percepções de sujeitos que, em breve, estarão na posição de professores, docentes, dispostos a colaborar de maneira mais incisiva, no processo de resolução das questões que impedem que o ambiente, tanto escolar quanto universitário, seja de fato diverso e humanitário.

Recebido em 28 de fevereiro de 2024.

Aprovado em 20 de agosto de 2024.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, 43 (4): 1239-1250, 2017.

CURIEL, Ochy. *La Nacion Heterossexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación*. Colômbia: Brecha lesbica y en la frontera, 2013.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. *O direito ao grito: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector*. Dissertação (Mestrado em Letras), UFMS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico- raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, 12 (1), 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, 2 (2), 2019.

KILOMBA, Grada. "The Mask" In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag. *Cadernos de Literatura em Tradução*, (16) 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, 35 (125), 2005.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, 9, 2008.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese de Doutorado, Educação, UFPF, 2017.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, (17/18), 2002.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.

YORK, Sara Wagner. *Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação*. Dissertação (Mestrado em Educação), UFRJ, 2020.